

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 490.822 - PR (2019/0024615-9)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**REQUERENTE : ELIAS CHAGAS NETO**  
**ADVOGADO : ELIAS CHAGAS NETO - PR077273**  
**REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : JOAO PAULO BISPO DE OLIVEIRA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de fls. 279-280 (e-STJ), que indeferiu o pedido de liminar.

O requerente assevera que sobreveio denúncia imputando a si e ao corréu Matheus os mesmo fatos mas apenas a este foi concedida liberdade provisória, de forma que pugna pela extensão do benefício, já que a situação fático-processual assemelha-se.

Pleiteia, assim, a reconsideração do *decisum* para que seja deferido o pleito liminar.

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, não se verifica nenhuma alteração no quadro fático, apta a justificar a expedição de alvará de soltura, tendo em vista que na decisão que determinou a revogação da custódia provisória do corréu Matheus e que também decretou a prisão preventiva do paciente, foi devidamente analisado o preenchimento dos requisitos autorizadores da custódia cautelar de ambos (e-STJ, fls. 300-307).

Assim, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Publique-se. Intimem-se.

Aguardem-se as informações.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para análise e parecer.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
Relator